

Mesmo com inflação desacelerando, BC escolhe penalizar população com juros em 15%

Com a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) de manter a taxa básica de juros (Selic) em 15% ao ano, o Brasil segue no topo do ranking mundial de juros reais (o resultado da taxa básica menos a inflação), hoje em 10,09%, superando a Rússia (8,17%) e a Turquia (6,43%).

"Se tem uma liderança que o brasileiro não quer é a liderança deste ranking. Juros altos penalizam a população, que paga mais caro pelo que compra, pelo crédito que contrai nos bancos, e fica com menos dinheiro para gastar e movimentar as empresas.

O resultado disso é o desaquecimento da atividade econômica e menos empregos gerados", explica a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira.

Com o anúncio feito nessa quarta 28/01, a autoridade monetária manteve, pela quinta vez consecutiva, a Selic em 15% ao ano - maior índice desde julho de 2006, portanto em quase 20 anos. "Apenas um pequeno grupo se beneficia, em detrimento de toda a população, com a taxa básica de juros elevada, grupo que vive a base de especulação dos títulos da dívida pública, remunerados pela Selic e que usa o mercado financeiro e a grande imprensa para criar um ambiente de terrorismo econômico com o objetivo de manter os juros altos", completa Juvandia, que também é vice-presidenta da CUT. "O que o Brasil precisa não são juros abusivos, mas sim de recursos para investir na indústria, no setor produtivo, nas empresas que promovem tecnologia, mas que estão sendo prejudicadas diretamente pela política monetária praticada pelo Banco Central", reforça.

Cada 1% de aumento na Selic acrescenta em R\$ 50 bilhões os gastos públicos com os títulos. E, segundo dados do próprio BC, no período de doze meses, concluído em setembro, os gastos da União com os juros desses papéis alcançaram R\$ 984,8 bilhões (7,98% do PIB). No mesmo período do ano anterior, os gastos foram de R\$ 819,7 bilhões (7,11% do PIB).

"Além de boicotar o estado brasileiro, com o desvio de recursos para quem vive de renda, o Copom contribui para o alto índice de endividamento das famílias, porque a Selic elevada incentiva a manutenção de taxas de juros abusivas praticadas em todo o sistema financeiro", observa o secretário Assuntos Socioeconômicos da Contraf-CUT, Walcir Previtalle.

Divulgação mais recente da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), revela que, em outubro, 79,5% das famílias brasileiras estavam endividadas. Desse total, 30,5% informaram que estavam com as dívidas atrasadas e 13,2% que não teriam condições de pagar as parcelas.



Leia a matéria completa em nossa página